



Vol. 25, nº 02 (2023)

DOI: 10.30681/issn22379304v25n02/2023p16-43

**ETHOS GUERREIRO RIKBAKTSA: UMA HISTÓRIA DE  
GUERRA, DE LUTA E RESISTÊNCIA**

\*\*\*

**RIKBAKTSA WARRIOR ETHOS: A STORY OF WAR,  
STRUGGLE AND RESISTANCE**

Katia Fraitag<sup>1</sup>  
Agnaldo Rodrigues da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo busca compreender os elementos constitutivos do *Ethos* guerreiro do indígena Rikbaktsa representado através dos registros históricos e pesquisas existentes sobre seu povo. Fazendo um recorte histórico, encontramos nos relatos e pesquisas, várias guerras travadas pelo povo Rikbaktsa na região centro oeste do estado de Mato Grosso no Brasil. Na medida em que novos inimigos surgiram o tônus da luta se modifica, e a guerra ganha nova roupagem na atualidade, a nova arma é a resistência.

**PALAVRAS CHAVE:** Povos indígenas. Rikbaktsa. Mato Grosso. Resistência.

**ABSTRACT:** This article seeks to understand the constituent elements of the warrior Ethos of the indigenous Rikbaktsa represented through historical records and existing research on their people. Taking a historical look, we find in reports and research, several wars fought by the Rikbaktsa people in the central-western region of the state of Mato Grosso in Brazil. As new enemies emerge, the tone of the fight changes, and the war takes on a new look today, a new weapon is resistance.

**KEYWORDS:** Indigenous people. Rikbaktsa. Mato Grosso. Resistance.

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários – PPGEL, da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT - *Campus* Universitário de Tangará da Serra. Contato: [katia\\_fraitag@hotmail.com](mailto:katia_fraitag@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Literatura e docente do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários – UNEMAT/ PPGEL.



## Introdução

Na tentativa de compreender os elementos constitutivos do *ethos* guerreiro do indígena Rikbaktsa, buscamos no aporte teórico reunir informações sobre esta temática. A resistência deste povo parece estar amparada no passado de guerra e sua história pode revelar a essência de luta, pois resistiu e resiste a tantos percalços, sendo quase dizimado pelos conflitos com não indígenas e doenças, mas ainda hoje luta para manter vivas as suas tradições, rituais, narrativas, costumes, cultura, língua e outros aspectos étnicos.

O povo Rikbaktsa se localiza na bacia do Rio Juruena, no estado de Mato Grosso, na Região Centro Oeste do Brasil. Como habitantes imemoriais chegaram a ocupar um território de mais de 50 mil km<sup>2</sup>, no entanto, após o contato com o não indígena, tiveram que travar guerra com novos inimigos, perderam muito do seu território tradicional, e quase foram dizimados. O seu nome Rikbaktsa significa “os seres humanos” (Rik é pessoa, ser humano; bak é um reforço de sentido e tsa é a forma plural).

A pesquisa justifica-se pela necessidade de valorizar os povos originários, sua história, luta e reconhecimento da sua identidade.

O objetivo deste texto é contribuir para o corpo acadêmico de pesquisas, haja vista a necessidade atual de disseminação tanto do modo de vida dos povos originários, quanto registro da sua história a não se perder no tempo.

As perguntas que nortearam este trabalho são: é possível definir o *ethos* guerreiro que traz a história do povo Rikbaktsa? Como é a visão do próprio povo sobre sua história de guerra e luta? Como é o olhar dos



pesquisadores não indígenas sobre os acontecimentos que marcaram a luta do Rikbaktsa?

Destaca-se que os conflitos entre seringueiros e indígenas da região mato-grossense em muito lembram a práxis violenta do processo civilizatório a que trazem os registros da história da colonização no Brasil. Os conflitos, assassinatos, doenças, que contribuíram ao morticínio indígena, revelam uma história que se repete, sobre a visão do não indígena na subjugação dos povos originários.

Considera-se que ainda na atualidade a luta continua para o povo Rikbaktsa, marcado pelo status da resistência e sobrevivência. A guerra ultrapassa o campo histórico e permanece, portanto o ethos guerreiro precisa adaptar-se aos novos confrontos e novos inimigos que surgem cada dia, tão desafiadores quanto dos primórdios da guerra.

***Ethos* guerreiro Rikbaktsa: uma história de guerra, de luta e resistência.**

*[...] o tempo passou e estes povos resolveram inovar o seu modo de fazer guerra: deixaram para trás suas antigas armas e passaram a usar a “caneta” nos embates contra seus inimigos, após se certificarem de que a sabedoria de seus antepassados é sua maior riqueza (MARTINS, 2018, p.75).*

A palavra *ethos*, de acordo com a definição do dicionário online de Português, deriva do grego, e diz respeito ao conjunto dos costumes e práticas característicos de um povo em determinada época ou região. Seu significado liga-se aos hábitos, crenças, traços comportamentais, características morais, sociais, afetivas, de uma comunidade, nação, etnia. O



caráter associado ao *ethos* guerreiro originalmente foi usado para descrever a mentalidade do guerreiro da Grécia antiga, mas hoje direciona a habilidade composta por elementos que englobam coragem, força, disciplina, inteligência, estratégia, resiliência. Neste trabalho concebemos o âmago do guerreiro Rikbaktsa pelo *ethos*, a sua essência, as características do seu povo, as habilidades de luta e resistência perpetuadas no tempo.

Não há como falar do *ethos* guerreiro sem fazer alusão à história Rikbaktsa, portanto, nos voltamos ao aporte histórico, para entender os elementos de guerra e luta por qual tiveram que empreender este povo.

Sobre como chegaram à região de Mato Grosso, de acordo com Rikbaktsa (2020, p.14) os anciãos relatam que em seu passado mais recente seu povo veio pelo cerrado descendo o rio Papagaio, buscando locais de mato alto, quando encontraram o rio Juruena, se estabeleceram no território onde permanecem até hoje. A julgar pelo território inicial dos Rikbaktsa, que compunha grande extensão, podemos considerar o quanto exímios guerreiros eram, pois mesmo tendo outras etnias nos locais que chegavam, demarcavam seu território.

Inicialmente as guerras aconteciam entre os Rikbaktsa e outros indígenas quando se encontravam pela floresta. De acordo com Reis e França (2012, p. 4) os Rikbaktsa eram desconhecidos para o resto do mundo, mas não o eram para outras etnias que habitavam a região, pois eram temidos pelo *ethos* guerreiro, e assim “conseguiram durante muitos anos se imporem na região pela arte da guerra”. Durante muitos anos afastaram para longe etnias circunvizinhas, como os “Cinta Larga e Suruí a oeste; os Kayabi a leste e Tapayuna a sudeste; os Irantxe, Paresí, Nambikwara e Enawenê Nawê ao sul; os Mundukuru e Apiaká ao norte”.



Na região mato-grossense que habitavam os Rikbaktsa eram comuns guerras entre etnias diferentes. O relato de um indígena Rikbaktsa, identificado como cacique Mapadadi, registrado no trabalho de Pacini (1999) revela embates entre indígenas da região de etnias diferentes:

Pra cima do Córrego Juína (Beko'tsik = córrego da pachubinha). Córrego Juína = Biko'tsik) nós morava também. Lá o Cinta Larga (Baryktsa) mataram meu tio, irmão de minha mãe, avô de Robertinho. Cinta-Larga é fogo. Mata muito! Canoeiro<sup>3</sup> descontá. Não dá pra descontá tudo, não. Uma vez mataram 12 rapazes e dois velhos, que iam abrir picada perto da balsa, onde tinha aldeia. Uma velha, avô de Luizinho. Outra velha e minha irmã, embaleadas (PACINI, 1999, p.64).

Nas guerras os Rikbaktsa são mencionados em vários relatos de seus vizinhos indígenas do alto curso do rio Juruena como guerreiros ferozes que os atacavam, como conta Meneses (2021).

Salta aos olhos a presença da guerra em todo o contexto histórico que envolve o Rikbaktsa. No contingente da história deste povo, inicialmente a guerra se apresenta no confronto com outras etnias. Após, a guerra se instala entre quem invade seus territórios, no caso inicialmente seringueiros, depois também garimpeiros, e outros.

As primeiras invasões aos territórios Rikbaktsa, de acordo com Martins (2018, p.21), eram constituídos, em sua maioria, “por seringueiros que haviam se instalado na região para se dedicar à extração do látex”. O autor corrobora que a invasão das terras que os Rikbaktsa (e outras etnias) habitavam, foi feita com o aval do próprio Governo do Estado de Mato

---

<sup>3</sup> Como também eram conhecidos os Rikbaktsa na região, pelas habilidades com canoas, também eram chamados de “orelhas de pau”, por conta dos bодоques que usavam nos lóbulos das orelhas.



Grosso, pois “era este quem arrendava as matas para a exploração da borracha nativa, ignorando-se totalmente a presença dos povos originários”, juntamente “com o apoio político manifestado pelos representantes do Poder Executivo” também havia outras formas de incentivos “que eram oferecidos aos seringalistas, a fim de que estes pudessem garantir o máximo de sucesso em seus empreendimentos”.

Dentro de um plano político que ficou conhecido como “Marcha para o Oeste”, foi o famigerado respaldo do governo brasileiro que ofertou possibilidades aos extrativistas, colonizadores, e outros interessados em ocupar regiões de Mato Grosso a conquistar ascensão econômica. Este programa (do Governo Getúlio Vargas), inicialmente pretendia promover o desenvolvimento populacional e econômico das regiões Norte e Centro-Oeste, que eram consideradas pouco povoadas e improdutivas. Assim, o governo investiu forte em propagandas nacionalistas e ofereceu diversos apoios para que fosse ocupado o território. A adesão ao plano em Mato Grosso culminou no desrespeito total dos povos indígenas que já habitavam esse espaço.

Obviamente que com a invasão dos territórios indígenas, sem que houvesse qualquer preocupação com os povos, sem nenhum plano que pudesse garantir o mínimo de respeito e, com fomento total dos governos para que aquele que tivesse interesse em ocupar as terras e usufruir o que



esta tivesse a oferecer, deu ao não indígena o sentimento de poder e de superioridade em relação aos indígenas.

Tudo começou com o arrendamento indiscriminado de seringais e igualmente com a indiscriminada venda de terras. Frente à confusão reinante, após liberações fáceis, poucas pessoas se resignaram a ver a situação como passível de solução. Desses pressupostos, para a invasão das terras dos índios e daí para a guerra, não se dava mais que um passo (SILVA, 1975, p. 08).

Este sentimento de superioridade perdurou por longo tempo, está registrado na história em vários trabalhos em que constam relatos, diários, da época e posteriores. A guerra entre seringueiros e Rikbaktsa justificava-se também pela superioridade que os seringueiros acreditavam ter.

Destacamos aqui os diários do padre João Dornstauder<sup>4</sup> que foram reunidos posteriormente na obra *Como pacifiquei os Rikbaktsa*, redigido pelo Pe. José de Moura e Silva e publicado em 1975. Apresenta relatos bem detalhados do povo Rikbaktsa, todo o contexto histórico de conflitos da região e seu projeto que buscou pacificar a guerra entre seringueiros e indígenas. Situa os acontecimentos, os conflitos e mortes, e as localidades em que ocorriam, bem como os relatos dos envolvidos. Em certa ocasião, em diálogo com os seringueiros pediu que não coletassem as castanhas-do-pará dos Rikbaktsa, para que eles pudessem se aproximar das feitorias, dando ocasião para contato pacífico. O diálogo mostra o pensamento de superioridade dos seringueiros e argumentos de paz do padre João:

---

<sup>4</sup> Missionário jesuíta, austríaco, que assumiu a responsabilidade pela condução do processo de pacificação dos Rikbaktsa a partir da década de 1950. (Martins, 2018, p. 19).



Temos que evitar uma desgraça, a todo custo temos de evitar. - “Então tenho de abandonar o seringal, sendo que nele defendo o meu pão com o meu trabalho?”. Respondo que não se trata de abandonar o seringal, mas de usar de diplomacia com o índio. José Mineiro apela para o SPI: - “Que nos defenda também a nós, que valemos mais que os índios!”. José Rosa emenda: - “Verificamos que o SPI não liga!” (SILVA, 1975, p.54, grifo nosso).

Como se vê, a noção de superioridade na frase “que valemos mais que os índios!”, falada tão naturalmente, parece ser comum aos tantos relatos que podem ser encontrados na história, inclusive muitos registrados nos diários do padre. No entanto, ele mostra uma visão diferente do que imperava na região, mas atribui aos seringueiros a guerra:

Os seringueiros afoitos declararam a guerra. Os Rikbaktsa mostraram-se excelentes guerreiros, impressionando os seringueiros com ataques armados num mesmo dia e numa mesma hora, em pontos distantes, numa ação conjunta de fôlego. Com a fama de matarem e devorarem, conseguiram impor-se por bom tempo na guerra. Surgiram como espectros e se davam por desaparecidos, quando os seringueiros os procuravam nas aldeias. Utilizavam flechas incendiárias e borduna. Eram tidos como valentes e audazes (SILVA, 1975, p. 06 grifo nosso).

Destacamos inicialmente a percepção dos Rikbaktsa como guerreiros. Entre os seringueiros corria a fama da valentia e perspicácia dos Rikbaktsa, segundo Dornstauder (*idem* p.21), os seringueiros sentiam-se “a princípio superiores aos índios, menos num ponto: - índio está em toda parte, é traiçoeiro e ninguém vê!”.

Pacini (1999, p.53) traz vários relatos do medo dos não indígenas que imperava do encontro com os guerreiros Rikbaktsa e a fama que





compunha o cenário da época. Em carta ao Provincial, Froehlich em 1957 disse: “Queria encontrar-me com os tão temidos índios”, e nesta outra carta de 1958 relatou: [...] “impressionou profundamente a todos os seringalistas desta região, bem como dos seringueiros. Os Canoeiros são os índios brabos mais falados e os mais temidos desta região. Graças a Deus que o trabalho de civilização está se tornando uma realidade”. Pacini (*idem*) também observa que as representações sobre os Rikbaktsa nestes registros eram impressionantes: “terríveis, selvagens, preguiçosos, antropófagos, bugres, porcos, ladrões, etc”. Destaca em carta de Schmidt no mesmo ano, outro relato: “O P. João esteve novamente extraviado, por meses [...] motor com defeito [...] veio a quebrar a 700 km de distância. Portanto o P. João também precisa de um transmissor, [...] não sabíamos em que rio andava, ou se os bugres já o tinham devorado”.

Sobre o fato grifado de “devorar”, é importante algumas considerações sobre esta prática e a relação com o *ethos* guerreiro Rikbaktsa. O fato de padre João Dornstauder, dizer que esta prática Rikbaktsa “de matarem e devorarem” seus inimigos, deu aos Rikbaktsa a chance de “impor-se por bom tempo na guerra”, se confirma em vários momentos nos relatos históricos, pois o ato causava muito medo nos inimigos Rikbaktsa.

Os Rikbaktsa eram malquistos pela sociedade não indígena, porque tinham a fama de serem antropófagos ferozes. Mas nas palavras de Albano (2011), um Rikbaktsa, “comer o inimigo ou um animal em um ritual era como se fosse um troféu. Simbolizava uma grande vitória” (apud REIS; FRANÇA, 2012, p.7).

Neste sentido, a prática de comer carne humana para os Rikbaktsa recai sobre o que representa como inimigo - independente de sua posição,



clã, ou etnia. O ato de comer carne humana se estendia da sua própria etnia se fossem gerados conflitos, para o confronto entre outras etnias próximas conforme avançavam em busca de caça e suprimentos alimentícios, gerando guerras. Reitera Athila (2006, p.21) “o canibalismo mais propriamente guerreiro, cometido contra outras etnias, sendo as vítimas preferenciais e mais recentes, os Cinta Larga, os Menky e, por pouco tempo, os brancos, incorporados a este sistema”. Assim, do contato com o não indígena - outros inimigos surgiram, como os seringueiros, garimpeiros, estrangeiros, agrimensores, fazendeiros, passam a constituir o “banquete” ritualístico dos Rikbaktsa.

Para Pires (2012, p.55), a lógica da vingança e da predação para os Rikbaktsa tinha como expressão máxima “o canibalismo de guerra, que se manifestava em disputas entre os Rikbaktsa e populações vizinhas e até mesmo internamente ao grupo”.

Em um dos registros padre Dornstauder (SILVA, 1975) conta sobre um seringueiro que roubou a mulher de um indígena e foi capturado por eles, cortaram as duas mãos do seringueiro enquanto ainda estava vivo, e depois de matar o comeram. Outro relato do pastor Tolksdorf (apud PACINI, 1999) dispõe sobre as relações tensas com os seringueiros que desencadearam no revide Rikbaktsa a um boliviano chamado Suarez (apelido Bolívia), morto, esquartejado, assado e comido pelos Rikbaktsa, e quando outros seringueiros chegaram só encontraram peças de roupa e algumas poucas coisas do Bolívia e viram ossos dele num cipó.

É importante identificar, que embora os registros usem vários termos como canibalismo, antropofagia e outros, o ritual Rikbaktsa pode ser entendido como antropofágico, pois segundo Carvalho (2008) o canibalismo está intimamente ligado à necessidade de saciar a fome, já a antropofagia



está relacionada ao ato de comer num sentido simbólico do que se come e para o que se come. Então, num ritual, no caso dos Rikbaktsa o ato é motivado pela guerra.

Albano (2011) do ponto de vista da etnia Rikbaktsa a que pertence e sua vivência conta:

Durante o período de guerra os nossos guerreiros abateram um seringueiro que foi esquartejado e trazido pra aldeia por quatro dos nossos homens pra fazer o ritual, como mandava a nossa tradição. O grupo de guerreiros ficou pra trás fazendo uma varredura na área pra garantir a nossa segurança e dos quatro guerreiros que carregavam o corpo esquartejado. (apud REIS; FRANÇA, 2012, p.7).

O que para os não indígenas da época constituía o “índio brabo”, como rebelde e canibal, para o indígena é sua cultura e também sua forma de enfrentamento, estratégia de sobrevivência, rebelião e fuga da dominação a que tendiam aqueles que se apoderavam dos territórios.

Historicamente no Brasil, dados os registros, o canibalismo como prática de alguns povos indígenas, (e inclusive os Rikbaktsa em Mato Grosso) foi usado como uma das justificativas para considerar os povos originários como “selvagens”, assim, esta justificativa também serviu para seus assassinatos. Conforme salienta Pacini (1999, p. 58) a “acusação de canibalismo servia de justificativa para chamar os Rikbaktsa de selvagens e os seringueiros se sentiam acobertados quando atiravam tão logo os viam”. Ainda corrobora que nessa situação de conflito o indígena era inferiorizado, “numa atitude extremamente etnocêntrica”, e podemos considerar que ainda hoje os reflexos destas justificativas compõem as raízes preconceituosas que perduram.

A guerra entre indígenas e seringueiros durou praticamente uma década. O *ethos* guerreiro Rikbaktsa teve que passar por mudanças, as transformações aconteciam em virtude de uma nova realidade, os inimigos



mais bem armados, com espingardas e revólveres, por exemplo, fizeram com que os Rikbaktsa usassem novas estratégias, adotassem um planejamento de ataque e defesa no confronto com o inimigo.

Pacini (1999, p.185) diz que a partir de 1942, quando os seringueiros passaram a invadir intensamente a região mato-grossense (pelas cabeceiras dos rios Arinos, Rio do Sangue e Juruena) as táticas de guerra que os Rikbaktsa tinham usado até aquele momento contra outros grupos autóctones, também foram usadas para conter o novo invasor, mas “quanto mais seringueiros eram mortos, mais eles apareciam, e o estilo de guerra Rikbaktsa já não dava mais conta de manter os invasores longe de suas malocas”. Assim, tiveram que buscar outras estratégias de sobrevivência.

Neste viés, há que se considerar que mesmo com o armamento de que dispunham os inimigos, as astúcias de guerra dos Rikbaktsa já eram conhecidas e foram rapidamente disseminadas pela região. Outros povos já conheciam o modo característico de aproximação, pois “o prestígio do guerreiro Rikbaktsa era vencer estes inimigos com emboscadas”, de acordo com Pacini (1999, p.185), assim a estratégia de ataque utilizada pelos Rikbaktsa com mais frequência era a tocaia, que exigia a articulação de homens de grupos locais diferentes. Muitos registros apresentam o espanto dos seringueiros quando em ocasião eram atacados sem que pudessem ter percebido a aproximação dos Rikbaktsa, o que demonstra que esta habilidade talvez tenha sido outro fator que causasse medo nos não indígenas.

A fama dos Rikbaktsa de “índio brabo”, que corria entre os seringueiros, e causava medo em muitos, o padre Dornstauder no contato



direto com outras etnias (como os Kayabí, Iránxe, e outros), teve conhecimento já por outros povos também da região sobre a fama do Rikbaktsa, antes mesmo do contato com este povo. Em um dos registros conta que em certa ocasião quatro seringueiros, fugitivos do Rio do Sangue após confronto com os indígenas (tendo-os espantado com tiros), trouxeram duas malas cheias de ornatos de penas e outros objetos, então Dornstauder mostrou uma flecha aos Iránxe e estes sobressaltaram dizendo: “índio muito brabo, para baixo - Assim diziam que esses índios novos habitavam a região do Norte e eram muito violentos e que os tinham fustigado” (SILVA, 1975, p.26).

### **A visão Rikbaktsa do seu ethos guerreiro e os preparativos para guerra**

Vanilda dos Reis (2012, p.5) coletou o relato do Rikbaktsa Albano Mutzie, na aldeia União, sobretudo das suas memórias de infância e adolescência, sobre como eram os preparativos: “os guerreiros eram submetidos a treinamentos quando ainda eram jovens, o que os mantinham fortes e corajosos para enfrentar qualquer situação de perigo”, considerando que para os Rikbaktsa a segurança deles era a força e a coragem dos guerreiros. Segundo o relato, Albano viu “vários jovens apanharem involuntariamente com ponta de espinheiro e pacova<sup>5</sup>”, o objetivo deste tipo de treinamento era fazer com que os guerreiros se tornassem “mais resistentes às sensações como a dor e o medo”.

---

<sup>5</sup> Espinheiro é uma espécie de coqueiro e Pacova de banana, de acordo com Reis e França (2012, p.5).



Albano (2011) conta que presenciou duas guerras e traz detalhes importantes do processo. A comunidade toda se envolvia, “planejava o percurso a ser feito e se reunia em uma determinada aldeia na lua marcada” (p.5), depois passavam a noite anterior à partida dos guerreiros em festa. Logo pela manhã começavam a se organizar para a partida, respeitando alguns critérios:

Um guerreiro que era considerado um dos mais experientes do batalhão, posicionava-se na vanguarda com uma buzina nas mãos; a seguir vinham os grupos de guerreiros separados por clãs e armados com o arco, a flecha ou a borduna, alguns colocavam enfeites na cabeça; na retaguarda tinham outro guerreiro tão experiente quanto o primeiro que também levava uma buzina. No momento da saída o guerreiro da vanguarda tocava o instrumento e os grupos respondiam paulatinamente com um canto (uma espécie de grito de guerra) até chegar à retaguarda que respondia com a buzina. (apud REIS; FRANÇA, 2012, p.7).

Os guerreiros Rikbaktsa se deslocavam de suas aldeias para a floresta, circulavam pelo território que pertencia a eles e coletavam matéria prima para a confecção de flecha. Os que ficavam geralmente sentiam insegurança, pois permaneciam as mulheres, idosos e crianças. Além da insegurança Albano relata um sentimento compartilhado entre os que esperavam: “se sentia triste pela ausência de seus familiares que ficavam muito tempo fora de casa”. A tristeza vinha de saber dos “perigos que enfrentariam na floresta” e que “poderia separá-los para sempre”. Mas vale destacar também que no momento da coleta deste relato, disse que sentia orgulho do conhecimento e das táticas de guerra usadas pela sua etnia, que seu povo é prova de que essa sabedoria “não pode ser encontrada somente nas sociedades que sabem ler e escrever” (*idem*).

Os Rikbaktsa cientes da sua história e seu protagonismo revelam por meio de suas palavras o sofrimento, mas também o orgulho de serem agentes no processo de guerra e tentativas de apaziguamento dos conflitos,



relatam que “até o final da década de 1950 houve muitos conflitos armados, com violência e mortes, até conseguirmos amansar os brancos através do primeiro contato pacífico realizado com o Padre João Dornstauder, em 1957 (RIKBAKTSA, 2020, p. 21).

### **A guerra e a “pacificação necessária”: paz para quem?**

A guerra no cerne do seu significado concebe os ataques e assassinatos registrados na história da região mato-grossense, sendo tão forte que encontra na figura do padre João Dornstauder, o papel e trabalho de “pacificação” dos conflitos. Este religioso mostrou profundo sentimento de humanidade, e compreensão sobre os envolvidos diretos da guerra: indígenas e seringueiros. Destacamos que o período em que o incentivo governamental possibilitou a vinda de invasores do território tradicional indígena mato-grossense foi um período em que o seringueiro é visto nacionalmente e regionalmente como herói por desbravar um território de floresta. Neste contexto, o padre não deixa de admitir que o trabalho árduo do seringueiro, mas também algoz por não respeitar o povo originário daquela terra. Declara: “o seringueiro, homem inculto, é o verdadeiro descobridor de nossa Amazônia, um herói, um bravo. Imitador do fogo bandeirante herdou daqueles antigos o desrespeito ao índio. Não deixou aldeia em paz. Provocou a guerra” (SILVA, 1975, p.12).

Interessante salientar que o padre não isentou a responsabilidade da invasão do território indígena, mas separou os trabalhadores dos mandatários. Direcionou enfaticamente a autoria para quem julgou serem os reais responsáveis, pois enfático registrou: “é preciso estatuir, de uma vez para sempre, que muito mais responsáveis pelos acontecimentos de guerra



Rikbaktsa são a sociedade dirigente, os mandatários, que os simples seringueiros. Os únicos que influíram diretamente na guerra eram os seringalistas”. (SILVA, 1975, p.41).

O olhar empático do padre que considera tanto o seringueiro em busca de uma vida melhor, quanto o indígena pela sobrevivência, pode ser considerada uma visão que estava à frente de seu tempo e época que vivenciou suas experiências com seringueiros e indígenas, pois enxergou a situação de um panorama diferente, enquanto os seringueiros e indígenas se viam apenas inimigos uns dos outros, ele conseguia captar os sofrimentos de ambos os lados.

Dorsntauder soube perceber as dificuldades dos vários seringueiros que vinham de todo lugar do Brasil e até de outras nacionalidades, muitos em busca de uma vida melhor, atrás do sustento, pois de acordo com ele na floresta enfrentavam “malária e outras doenças; insetos perseguindo dia e noite”, além das dificuldades relacionadas à falta de apoio com quem os tinham contratado, como “falta de mantimento, quando não era servido estragado; arbitrariedades da administração do seringal coonestada pelos imprevistos; transporte incerto; exigência de entregar a borracha que não era possível tirar”, e com tudo isso ainda os conflitos com os indígenas num “pesadelo em toda hora e todo lugar do índio presente sem se deixar ver” (SILVA, 1975, p.30).

O padre considerou o trabalho de pacificação urgente, sob o ponto de vista sócio-humanitário, pois para ele “o índio e o seringueiro tinham o mesmo problema”, mas destaca um olhar apurado sobre a situação grave principalmente do Rikbaktsa, na urgência de vida ou morte, pois na consciência de uma guerra que parecia interminável concluiu: “a luta se





definiu para os Rikbaktsa como defesa do espaço vital e da sobrevivência. Pacificar tornou-se tarefa de salvação de vidas Rikbaktsa” (*idem*, p.30).

Dornstauder teve como primeira iniciativa para seu plano de pacificação procurar o apoio do Governo do Estado, que foi dar no Serviço de Proteção aos índios (SPI)<sup>6</sup>, como não obteve resposta, decidiu ele mesmo solicitar em Cuiabá, numa repartição do SPI, mas recebeu a resposta estupefaciente: “- Então, deixe os índios morrer!”. Mesmo assim insistiu depois, numa segunda tentativa teve outra negativa pela justificativa de que “faltavam verba, pessoal e informação”. Aqui, percebemos que um governo omissivo, que inicialmente foi quem provocou a invasão desenfreada do território mato-grossense sem considerar os povos originários, é novamente a afronta aos povos quando não se presta em seus órgãos a tentar solucionar o problema que causou.

Dornstauder decidido a iniciar seu trabalho, logo no início do processo buscou a pacificação dos seringueiros, e ao que tudo indica inicia também um trabalho de conscientização, da responsabilidade e culpa do não indígena: “Declarei aos seringalistas que pacificava sob minha exclusiva competência. Expliquei que a guerra era culpa nossa, dos brancos, pois a navegação do Arinos e os trabalhos da Comissão Rondon indicavam a presença de índios nas regiões seringueiras” (*idem* p.41). O próximo passo foi selecionar seu grupo que denominou de “pacificadores”, era composto de indígenas de outras etnias como Irantxe, Paresí, Kayabi e seringueiros<sup>7</sup>, que serviram na companhia da “dureza da vida no mato”. Relata em seus diários o sofrimento com insetos, embarcações de remo, períodos sem

---

<sup>6</sup> Era o órgão oficial do Estado responsável pelas questões indígenas, e mais tarde foi substituído pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

<sup>7</sup> Relata que sofreria reprovação de diversas pessoas por ter escolhido seringueiros para compor o grupo, mas “desde que capazes e de senso humano” admitia-os no grupo dos pacificadores. (SILVA, 1975, p.46).



provimentos, missas realizadas, atritos do grupo pelo caminho, mortes de seringueiros e indígenas, relatos de conflitos e ataques, doenças e outras informações.

O primeiro contato pacífico foi relatado em 30 de julho de 1957, após nove meses de buscas, na sétima expedição realizada nos matos, deixando presentes pelo caminho, como facas, facões e outros utensílios, juntamente com uma espécie de bandeira, (flâmula) com um símbolo como que a letra P misturada a letra F, e usavam nas roupas o mesmo, para identificação dos pacificadores. Ao passo que seu trabalho foi avançando, os textos indicam que houve uma aliança entre Governo, Igreja e sociedade civil.

O padre João, foi bem aceito pela comunidade Rikbaktsa, não à toa, pois foi reconhecido pela crença como um cacique que teria reencarnado e veio para ajudar o povo a solucionar os conflitos e guerras com os seringueiros:

Importante é observar que a cosmologia Rikbakta veio em auxílio do seu “aliado principal”, o Pe. Dornstauder. Vimos que os Rikbaktsa compreendiam que os seus mortos voltariam como civilizados e o Pe. Dornstauder foi localizado na rede de relações de parentesco, tratava-se de um de seus antepassados: Mùigynani, que veio auxiliar na guerra, pois não estavam dando conta de resolver o problema da invasão de suas terras e das muitas doenças e mortes (PACINI, 1999, p.185).

Até hoje o padre é lembrado pela comunidade Rikbaktsa de modo positivo, pois seus cuidados com o Rikbaktsa foram além do que imaginou inicialmente, conforme foram surgindo os percalços seu trabalho foi ampliado, por exemplo, no trabalho que desenvolveu nos cuidados com a saúde deste povo. Não são raras as vezes que demonstra nos diários o carinho por este povo, e de modo recíproco recebeu sentimento igual, conforme registra em um trecho em que fala sobre as flâmulas na tentativa



de contato: “em termos de realidade, o Rikbaktsa levou a leitura muito mais para o fundo do coração do que eu tinha previsto: leu “amigo”, “bom”, “AMOR”. (SILVA, 1975, p. 45).

Apesar do trabalho de “pacificação” e a Missão Anchieta terem trazido benefícios, por um lado no apaziguamento de conflitos e assassinatos, não se pode negar os vários efeitos negativos. Sobretudo em dois pontos principais: primeiro, as doenças trazidas pelo contato que afetaram em cheio a saúde do povo Rikbaktsa, e foi responsável por inúmeras mortes. De acordo com Reis e França (2012, p.7) os Rikbaktsa “que tinham um vasto conhecimento sobre doenças tropicais e o poder de cura das plantas, enfrentaram dificuldades com as moléstias desconhecidas e com isso, tornaram-se vítimas da que provavelmente foi a maior mortandade do vale do Juruena”.

Esta pode ser considerada uma das piores guerras que o povo Rikbaktsa teve que travar, pois as doenças que assolaram seu povo os pegavam desprevenidos de qualquer defesa imunológica, já que era a primeira vez que entravam em contato com elas. Estavam desarmados.

A partir da “pacificação”, financiada em parte pelos seringalistas e realizada pelos jesuítas entre 1957 e 1962, nosso território tradicional passou a ser ocupado pelos seringueiros, madeireiros, empresas mineradoras e agropecuárias. A “paz” foi fatal para nós, pois o início do contato com os brancos trouxe muitas doenças como gripe, catapora, sarampo, tuberculose e malária, causando epidemias violentas, dizimando quase totalmente o nosso povo (RIKBAKTSA, 2020, p. 25).

Outro fator negativo da “pacificação” foi o seu território tradicional ter sido drasticamente limitado. Para desenvolver o trabalho os indígenas passaram por processo de centralização das comunidades, e deslocamento



para áreas próximas aos rios para facilitar o atendimento dos pacificadores que chegavam de barcos, bem como dos postos de atendimento. Essa centralização conseqüentemente atendeu aos objetivos daqueles que queriam explorar ao máximo as terras, pois os Rikbaktsa eram vistos como empecilhos enquanto tivessem ocupando o território.

Longe de acabar a luta Rikbaktsa com o processo de “pacificação”, seguiram sendo atacados ao longo dos anos, em embates tão violentos quanto do início do contato. Os anos que seguiram na luta pela retomada de seu território revelam uma guerra que teria que alcançar outras instâncias e exigiria outras táticas de guerra. A primeira conquista de acordo com Rikbaktsa (2020, p.33) foi a TI (Terra Indígena) Erikpatsa, decretada em 1968, num local onde já haviam várias aldeias. Apesar da TI decretada, representar apenas 10% do território tradicional que ocupavam outrora, destaca-se que foi parte importante da guerra pela retomada de suas terras tradicionais.

A falsa sensação de que não haveria mais armamento e embate, depois de todo o processo vivenciado até aquele momento da história não durou muito tempo, a luta continuou e mostrou a face violenta outras vezes ainda. O que sucedeu de acordo com Rikbaktsa (2020, p. 37) foi que em maio de 1985, almejando recuperar mais uma parte de seu território (atualmente chamado Japuira) “30 guerreiros Rikbaktsa tomaram posse de um local onde havia instalada uma fazenda. Começaram a abertura de uma nova aldeia, mas chegou um antropólogo de Brasília e pediu que saíssem da terra e esperassem até a aprovação da demarcação, como se negaram, ele voltou até Brasília e pediu reforço policial. Em julho, “os Rikbaktsa foram atacados no Japuira por uma força de 50 soldados, armados de fuzis e metralhadoras, especializados em luta antiguerrilha na selva”. Os Rikbaktsa



foram obrigados a sair da terra mais uma vez, para evitar a guerra. No entanto, as estratégias de guerra dos Rikbaktsa ainda existiam, e mais uma vez se adaptaram a nova forma de luta: montaram uma “comissão de lideranças Rikbaktsa que ficou em Brasília durante quatro meses, batalhando todos os dias nos órgãos do governo pelo reconhecimento dos seus direitos” (*idem*).

#### Imagem 1: Grupo Rikbaktsa em Brasília



Fonte: RIKBAKTSA, 2020, p.50

Esta foto tirada por Padre Antônio Iasi, em 1985, mostra o grupo de indígenas Rikbaktsa que foram até Brasília, e lá permaneceram por quatro meses, reivindicando a demarcação da Terra Japuíra. O *ethos* guerreiro Rikbaktsa agora teve que enfrentar a luta em instâncias superiores, a luta saiu da sua região e vai até onde estão as governanças. Em novembro de 1985,



foi assinado o decreto de demarcação da Terra Indígena Japuira, outra vitória conquistada com luta.

Sobre isso, o Rikbaktsa Albano (2011) diz que foi difícil a retomada do Japuira, pois os fazendeiros não queriam abrir mão das terras e por pouco não houve morte. E revela: “Não queríamos mais guerra e relevamos muita coisa. Não queríamos brigar. Era só a terra que a gente queria. Sentimos esquecidos pelo governo, mas no final tudo deu certo (apud REIS; FRANÇA, 2012, p.14).

A guerra ainda não tinha acabado, e a violência contra o Rikbaktsa também não. A última terra a ser recuperada, bem menor que a tradicional, foi a TI Escondido, que demorou décadas até ser homologada. De acordo com Rikbaktsa (2020, p. 46) em 1985, haja vista a demora no processo, os próprios Rikbaktsa resolveram abrir roça e afixar uma placa na entrada que dizia: “Terra Indígena Rikbaktsa”. No entanto, a empresa Cotriguaçu instalou milícias na região, arrancou a placa e impediu a volta dos Rikbaktsa no local, também usou a estratégia de ocupação, pois passou a atrair alguns agricultores para uma agrovila, (que posteriormente passou a distrito em 1988, e tornou-se o município de Cotriguaçu em 1991). Neste período relata que “muitas madeireiras passaram a atuar na região e éramos bastante ameaçados”. Com inúmeras tentativas mal sucedidas tentaram voltar às terras e “depois de muita luta” a terra foi declarada em 1996 e finalmente homologada em 1998.

Não foram conquistadas as devolutivas de parte mínima das suas terras tradicionais senão com luta, o que mostra o *ethos* guerreiro impregnado por toda a história. De acordo com Rikbaktsa (2020, p.255) a luta atual é “para não deixar madeireiro, garimpo e pescador destruir nosso território”. Destaca a importância da união do seu povo na nova guerra: “O



nosso ganho vai ser em cima dessa batalha, em cima do pensamento coletivo. Não é dinheiro, é preparação para como enfrentar nossos problemas, todos juntos”.

O povo Rikbaktsa agora luta contra outros inimigos, o não indígena causa estragos aos povos originários mesmo quando não estão dentro do seu território, apenas ao ocupar os entornos dos territórios indígenas já trazem prejuízos, pois as lavouras (sobretudo de soja da região) que circundam as aldeias trazem agrotóxicos que matam os peixes e outras espécies necessárias ao ecossistema, ou as diversas pragas que invadem as roças indígenas, infestação descontrolada do aumento da população de capivaras, são exemplos de contrastes que ameaçam as comunidades indígenas apenas pela proximidade.

**Imagem 2: Fotografia via satélite TI Japuira e TI Erikpaktsa**



Fonte: Rikbaktsa, 2020, p.260



Essas duas imagens mostram o progressivo desmatamento no entorno de duas terras indígenas Rikbaktsa em apenas 31 anos. A guerra agora tem outro nome: Resistência. Os Rikbaktsa lutam para manter seu território; lutam contra as inúmeras usinas que estão em planos de andamento, que afetarão diretamente suas aldeias e modo de vida se forem aprovadas; lutam contra o preconceito regional que ainda julga este povo com inferioridade, lutam contra o alcoolismo que assola seus jovens; luta com a entrada indiscriminada às suas aldeias; lutam contra a escassez de caça e pesca e dependência do comércio, bem como adaptação de suas fontes de renda; entre tantas batalhas que aqui não caberiam, é necessário outras pesquisas, para registrar com mais afinco.

A luta pode não ter mais armas, mas é tão dolorosa como tudo quanto os possa atingir. Apesar das habilidades de guerra, o planejamento, transformação e luta no decurso da história, o povo Rikbaktsa foi quase dizimado. De acordo com o povo Rikbaktsa (2020, p. 19) no mapa do seu território tradicional o padre João Dornstauder em 1962 mapeou 60 aldeias, e pelas histórias dos mais velhos, eram aproximadamente 5.000 mil pessoas no início do século XX. Mas com a expansão dos não indígenas pela região e as doenças, chegaram a ser 250 sobreviventes no levantamento de 1969 de acordo com a Missão Anchieta. Conseguiram com mais lutas se reerguer, firmar seu povo novamente em parte de seu território, mas os Rikbaktsa perderam a maior parte do território tradicional. Hoje, seu território é composto por três terras indígenas (T.I.) demarcadas e homologadas<sup>8</sup>, contam com 38 aldeias, somando 1523 habitantes.

---

<sup>8</sup> TI Erikpaktsa decretada em 1968 com 79.934,801 hectares; T.I. Japuíra retomada em 1985 com 152.509,88 hectares; T.I. Escondido demarcada apenas em 1998 com 168.938,468 hectares.





Em depoimento do indígena Tapemy, coletado por Elani dos Anjos Lobato, vemos o que representa o território para o Rikbaktsa, a coragem de enfrentamento do inimigo, e a reflexão sobre a visão de mundo é diferente em relação aos não indígenas:

Os Rikbaktsa não tinham um lugar único, não éramos presos em lugar algum e, ao mesmo tempo, éramos de todos os lugares. Andávamos por todas as partes e nada nos barrava. Se o inimigo tentava, nós já tirávamos eles do nosso caminho. [...] Andávamos pelo Amazonas, pelo Pará, pelo Mato Grosso, Rondônia. Esses nomes foram dados pelo branco, para nós era tudo lugar de andar, de buscar comida, de buscar material para nossas armas, de buscar remédio, de buscar material para os nossos enfeites. Lugar da gente viver, mas branco chega e coloca limite, coloca nome e diz até onde a gente pode ir (RIKBAKTSA, 2020, p. 24, grifo nosso).

Vê-se que além da visão de território ser diferente para o Rikbaktsa, está incorporado na essência do povo, expressado nas palavras, a coragem de combate, de ir contra o inimigo seja qual for. Este *ethos* guerreiro nunca se dissipa, permanece hoje como resistência. Não se colocam na posição de vítimas frente os enalços do inimigo, mas denunciam e lutam, suas armas podem ter sido modificadas, pois agora encontram como ferramenta de luta a palavra.

### **Considerações finais**

Os interesses econômicos dos seringalistas, aliados ao mesmo tempo aos interesses do Estado em ocupar maior território mato-grossense, geraram um ambiente propício aos conflitos, pois os “desbravadores” viam os indígenas como obstáculos, e os indígenas viam o invasor como inimigo. Em análise aos dados históricos elencados na presente pesquisa, encontramos duas visões distintas: os Rikbaktsa valorizam o *ethos* guerreiro



de seu povo; já os invasores, mesmo reconhecendo as habilidades de guerra Rikbaktsa, se consideraram ser superiores. A astúcia e a coragem do indígena parecem ser valorizadas apenas quando o “desbravador”, o “colonizador” pode se aproveitar da sua utilidade, quando na necessidade de conquistar território ou interesses pessoais e econômicos pode se valer do conhecimento indígena de locomoção pelas matas, servindo como guias, pelas habilidades de canoagem, das destrezas com caça e pesca, da sabedoria das plantas, entre outros.

Apesar do papel dos agentes da “pacificação” no passado ter tido bons resultados, muitas cicatrizes deixou dos conflitos e do próprio contato. Muito ainda precisa passar pelo crivo da paz entre estas sociedades, indígenas e não indígenas, que na mesma região mato-grossense convivem, mas não isenta de preconceitos e problemas. Se pensarmos em quão recentes foram travadas as lutas por seus territórios e em quanto ainda parecem ter que lutar, os ataques de toda sorte ao povo Rikbaktsa não foram capazes de derrotar o *ethos* guerreiro deste povo.

## Referências

ATHILA, Adriana Romano. **Arriscando corpos:** permeabilidade, alteridade e as formas de socialidade entre os Rikbaktsa (Macro-Jê) do sudoeste amazônico. Tese (Doutorado em Antropologia) IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CARVALHO, Eliane Knorr de. **Canibalismo e antropofagia: do consumo à sociabilidade.** In: XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão, 08 a 12 de setembro de 2008. São Paulo: ANPUH/SP – USP. Anais... São Paulo, 2008.



DICIONÁRIO, online. Disponível em:  
<https://dicionario.priberam.org/%C3%A9thos>. Acesso em 15 de julho de 2023.

MARTINS, Anderson. **Interpretação dos significados atribuídos à instituição escolar pelo povo Rikbaktsa**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2018.

MENESES, Gabrielle Cardoso. **Os Rikbaktsa História e socialidade na Amazônia Meridional**. Rio de Janeiro: 2021.

PACINI, Aloir. **Pacificar: relações interétnicas e territorialização dos Rikbaktsa**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/UFRJ, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1999.

PIRES, Paula Wolthers de Lorena. **Rikbaktsa: um estudo de parentesco e organização social**. Dissertação apresentada à Universidade de São Paulo: São Paulo, 2012.

REIS, Vanilda dos. FRANÇA, Cecília de Campos. **Rikbaktsa: Uma História sob duas perspectivas**, Revista Moinhos, 2012.

RIKBAKTSA, povo. **Plano de gestão territorial e ambiental do povo Rikbaktsa**, Mato Grosso, 2020.

SILVA, José de Moura. Prefácio. In: DORNSTAUDER, João Evangelista. **Como pacifiquei os Rikbaktsa**. Instituto Anchietano de Pesquisas: São Leopoldo, 1975.